

MINHA CASA MINHA VIDA

ANSIEDADE E FRUSTRAÇÃO
MARCAM REAÇÃO DE INSCRITOS DO
RESIDENCIAL PARQUE DOS IPÊS



TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 02

Divulgação/Reprodução

Apesar das irregularidades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos foram reeleitos em 2024.

Saiba quem são os 28 prefeitos reeleitos em 2024 mesmo com contas rejeitadas

Um levantamento do Jornal Primeira Página mostra que 57 dos 139 municípios do Tocantins tiveram as contas do exercício financeiro de 2023 rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO). Apesar das irregularidades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos — cerca de 49% do total — foram reeleitos nas eleições municipais de 2024.

CULTURA

Pág.07

Capital da Fé 2026 reuniu mais de 45 mil pessoas

O Palmas Capital da Fé 2026 reuniu 45.200 pessoas entre os dias 14 e 17 de fevereiro, no estacionamento do Estádio Nilton Santos.

Qual é o problema?

O Jornal Primeira Página retoma este quadro que fez história por muitos anos em sua linha editorial. Este quadro foi criado para que a população se manifeste enviando a redação os problemas enfrentados na cidade.

Participe!

Envie-nos sua mensagem pelo whatsapp.
63 99239-1659

VIAGEM E
TURISMO

Palmas e Jalapão entram na lista dos 50 destinos para viajar no Brasil em 2026

Pág. 04

Fragata	01	101	noite
Fragata	02	402	sul
Regata	01	602	sul
Regata	02	106	noite

TRIBUNAL DE CONTAS

Saiba quem são os 28 prefeitos reeleitos em 2024 mesmo com contas rejeitadas

UM LEVANTAMENTO DO JORNAL PRIMEIRA PÁGINA MOSTRA QUE 57 DOS 139 MUNICÍPIOS TIVERAM AS CONTAS REJEITADAS.

Por Mari Silva

Um levantamento do Jornal Primeira Página mostra que 57 dos 139 municípios do Tocantins tiveram as contas do exercício financeiro de 2023 rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO). Apesar das irregularidades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos — cerca de 49% do total — foram reeleitos nas eleições municipais de 2024.

Os dados foram apurados a partir da análise das prestações de contas consolidadas do prefeito referentes a 2023. Do total de processos analisados pelo Tribunal de Contas, 34 contas foram aprovadas, 48 permanecem pendentes de julgamento e 57 receberam parecer pela rejeição.

O cenário chama atenção e levanta questionamentos sobre como funciona o controle das contas públicas e por qual motivo gestores com contas rejeitadas conseguem permanecer ou retornar ao cargo.

MUNICÍPIOS

Abaixo, a lista completa dos 57 municípios que tiveram contas rejeitadas, com os prefeitos responsáveis e a situação eleitoral em 2024, conforme os documentos oficiais analisados pelo jornal.



Abaixo, a lista completa dos 57 municípios que tiveram contas rejeitadas

Prefeitos reeleitos mesmo com contas rejeitadas (28):

Aguaiamópolis — Wanderly Sousa Santos (reeleito)
Araguanã — Max Nyilton Barbosa da Silva (reeleito)
Araguatins — Aquiles Pereira de Sousa (reeleito)
Arraias — Herman Gomes de Almeida (reeleito)
Axiá do Tocantins — Auri Wulange Ribeiro Jorge (reeleito)
Barra do Ouro — Nelida Vasconcelos Miranda Cavalcante (reeleita)
Campos Lindos — Romil Iakov Kalugin (reeleito)
Carrasco Bonito — Gilvan Bandeira da Silva (reeleito)
Chapada da Natividade — Elio Dionizio de Santana (reeleito)
Chapada de Areia — Adauto Mendes de Oliveira (reeleito)
Couto Magalhães — Júlio César Ramos Brasil (reeleito)
Divinópolis do Tocantins — Flavio Rodrigues Silva (reeleito)
Itacajá — Maria Aparecida Lima Rocha Costa (reeleita)
Jau do Tocantins — Luciene Laurengo de Araújo Oliveira (reeleita)
Lagoo do Tocantins — Leandro Fernandes Soares (reeleito)
Maurilândia do Tocantins — Rafael Maracaípe de Almeida (reeleito)
Monte Santo do Tocantins — Nezita Martins Neta (reeleita)
Natividade — Thiago Jayme Rodrigues de Cerqueira (reeleito)
Palmeirante — Raimundo Brandão dos Santos (reeleito)
Pequizeiro — Jocelio Nobre da Silva (reeleito)
Pindorama do Tocantins — Thiago Tapajós Alves de Oliveira (reeleito)
Piraquê — Silvino Oliveira de Sousa (reeleito)
Ponte Alta do Bom Jesus — José Luciano Azevedo Carlos (reeleito)
Recursolândia — Carlos Vinicius Barbosa da Silva (reeleito)
Riachinho — Ronaldo Bandeira da Cruz (reeleito)
Santa Terezinha do Tocantins — Wanderley Sousa Santos (reeleito)
São Bento do Tocantins — Paulo Wanderson de Sousa Damasceno (reeleito)
Wanderlândia — Djalma Araújo Ferreira Junior (reeleito)

Prefeitos não reeleitos ou que não disputaram (29):

Ananás — Valdemar Batista Nepomuceno
Aurora do Tocantins — Luzinei de Jesus Silva
Babaçulândia — Franciel de Brito Gomes
Bom Jesus do Tocantins — Paulo Hernandes Moura Lima
Brejinho de Nazaré — Marco Aurélio Bispo Nobre
Carmolândia — Neurivan Rodrigues de Sousa
Caseara — Ildislene Bernardo da Silva Santana
Combinado — Lindolfo do Prado Neto
Darcinópolis — Jackson Soares Marinho
Esperantina — Armando Alencar da Silva
Ipueiras — Caio Augusto Siqueira de Abreu Ribeiro
Itaguatins — Maria Ivoneide Matos Barreto
Itaporã do Tocantins — José Rezende Silva
Lavandeira — Roberto César Ferreira de Oliveira
Lizarda — Suelene Lustosa Matos
Marianópolis do Tocantins — Isaias Dias Piagem
Mateiros — João Martins Neto
Miranorte — Antônio Carlos Martins Reis
Muricilândia — Alessandro Gonçalves Borges
Pau D'Arco — João Batista Neto
Porto Alegre do Tocantins — Rennan Nunes Cerqueira
Praia Norte — Ho Che Min Silva de Araujo
Rio dos Bois — Moacir de Oliveira Lopes
Rio Sono — Itair Gomes Martins
Santa Tereza do Tocantins — Antônio da Silva Campos
São Sebastião do Tocantins — Adriano Rodrigues de Moraes
Sítio Novo do Tocantins — Alexandre Sousa Abreu Farias
Tocantinópolis — Paulo Gomes de Souza
Xambioá — Sherley Patricia Matos de Alencar Dias

PALMAS

Um em 4 atendimentos nas UPAs em 2025 foi para pessoas de outros municípios

Dados divulgados pela Secretaria Municipal da Saúde (Semus) indicam que, em 2025, as duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de Palmas realizaram 18.450 atendimentos a pacientes residentes em outros municípios. O número representa 25,56% do total de atendimentos da rede no ano passado — o equivalente a um em cada quatro casos registrados nas unidades.

Somente em janeiro deste ano, conforme levantamento da própria Semus, aproximadamente 24,26% dos atendimentos nas UPAs da capital foram destinados a moradores de fora de Palmas, totalizando uma estimativa de 2.827 atendimentos no mês. As unidades funcionam como portas abertas



Palmas tem sobrecarga operacional em razão da alta demanda na urgência e emergência.

e garantem assistência imediata a pacientes em situação de urgência e emergência, independentemente da cidade de origem.

De acordo com a Prefeitura, embora a legislação estabeleça que a saúde é responsabilidade compartilhada entre municípios, estados e União, Palmas tem enfrentado aumento na demanda

acima da capacidade da rede municipal. Segundo a gestão, essa pressão se reflete em sobrecarga operacional, impacto sobre profissionais de saúde, consumo de insumos e medicamentos, além de possíveis reflexos nos tempos de espera. A Semus afirma que mantém o compromisso com a universalidade do Sistema Único de Saúde

(SUS) e garante atendimento a todos os pacientes em situação de urgência. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de medidas estruturais para assegurar a qualidade e a sustentabilidade do serviço no longo prazo. A secretária municipal da Saúde, Dhieine Caminski, avalia que o cenário exige articulação entre os entes públicos.

ECOTURISMO

Liel Fernandes/GovTO



Governador durante visita ao parque do Cantão.

Governo anuncia revisão do Plano de Manejo do Cantão

O Governo do Tocantins anunciou que irá realizar um estudo técnico para revisar o Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão (PEC), com o objetivo de viabilizar a abertura da unidade para atividades de ecoturismo. A gestão do parque é de responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins).

A proposta foi apresentada pelo governador Wanderlei Barbosa após visita ao parque, neste mês de fevereiro, acompanhado da primeira-dama Karynne Sotero; do secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis; dos deputados estaduais Claudia Lelis e Eduardo Fortes; além de fiscais ambientais.

Segundo o governador, a iniciativa busca conciliar conservação ambiental e desenvolvimento regional.

“Estamos fazendo um estudo técnico para o manejo do Cantão. Não queremos que seja cometida nenhuma agressão ambiental na área, mas precisamos pensar no ecoturismo para essa região, alavancando o desenvolvimento da prática turística e do estado, que possui roteiros atrativos que encantam turistas e a população do Tocantins”, destaca.

De acordo com o secretário Marcello Lelis, o plano vigente não permite a exploração ecoturística no local. Ele informou que o governador solicitou ao presidente do Naturatins, Cledson da Rocha Lima, a contratação de consultoria especializada para revisar o documento.

“O governador Wanderlei Barbosa está determinado a dar visibilidade ao Cantão para o Tocantins, para o Brasil e para o mundo”, afirma.

Ainda segundo o secretário, a atualização do Plano de Manejo deverá estabelecer critérios técnicos, ambientais e operacionais para regulamentar atividades de ecoturismo sustentável.

“A atualização permitirá a definição de critérios técnicos, ambientais e operacionais para viabilizar o ecoturismo sustentável, com atividades como pesca esportiva controlada, trilhas aquáticas, observação de aves, turismo científico e ações de educação ambiental, sempre em consonância com os princípios da conservação”, reforça.

Com cerca de 90 mil hectares, o Parque Estadual do Cantão está localizado em área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica e abriga mais de 800 lagoas. A unidade é reconhecida pela diversidade de fauna e flora e atualmente permite atividades como trilhas terrestres e aquáticas, observação de aves e, no período de estiagem, acesso a praias de rio.

O parque foi a primeira unidade de conservação de proteção integral criada pelo Governo do Tocantins, em 14 de julho de 1998. Recentemente, foi escolhido como área piloto do projeto Tocantins Restaura, que prevê investimentos de R\$ 120 milhões para recuperação de aproximadamente 10 mil hectares degradados, principalmente por incêndios florestais.

EXPEDIENTE

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA 40 ANOS

Telefone 63 99239-1659

E-mails redacao@primeirapagina-to.com.br comercial@primeirapagina-to.com.br

Av. Teotônio Segurado, Qd. 501 Sul, Ed. Amazônia Center, 2º andar, sala 206 CEP: 77.016-002 - Palmas - Tocantins

Sandra Miranda Fundadora e Editora Geral - DRT/TO - 132

Renata Miranda Diretora

Rafael Miranda Jornalista-DRT/TO-1086

Mari Silva Repórter

Deborah Medeiros Estagiária

Morgana Gurgel Estagiária

Pâmella Cristina Administrativo

Dilson Negreiros Diagramador-DRT/TO-386

Website jornalprimeirapaginato www.jornalprimeirapaginato.com

primeirapaginatocantins PrimeiraPagina2

TOCANTINS

PALMAS

Ansiedade e frustração marcam reação de inscritos do Residencial Parque dos Ipês

PREFEITURA DIVULGA LISTA DE FAMÍLIAS PARA PARTICIPAR DA ETAPA DE HIERARQUIZAÇÃO DO PARQUE DOS IPÊS I, II E III.

A divulgação da lista com 14.905 inscritos considerados aptos a participar da etapa de hierarquização e seleção das 496 unidades habitacionais dos Residenciais Parque dos Ipês I, II e III, em Palmas, gerou uma onda de ansiedade e frustração entre candidatos que aguardam há mais de uma década por uma moradia própria.

A relação foi publicada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação e refere-se apenas às famílias habilitadas a seguir para a próxima fase do processo do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1. A inclusão na lista, segundo a Prefeitura, não representa pré-seleção nem garantia de contemplação.

Nas redes sociais do Jornal Primeira Página, o tema mobilizou centenas de comentários de leitores que relataram anos de espera e incerteza quanto ao resultado final.

“São mais de 13 anos aguardando. Entreguei nas mãos de Deus”, escreveu uma inscrita.

Outro comentário apontou desconfiança quanto à lisura do processo. “Depois de encher tantos corações de esperança, trazem uma informação objetiva agora. Por que essa clareza não veio



Residenciais Parque dos Ipês I, II e III, na região sul de Palmas; obras devem ser concluídas neste semestre.

no início? Há famílias que aguardam há anos. Enquanto isso, há pessoas que já possuem imóvel e são contempladas. Depois vendem. Basta visitar os setores mais recentes para ver placas de vende-se”, relatou uma leitora.

Um terceiro comentário destacou a desproporção entre inscritos e unidades disponíveis. “São quase 15 mil pessoas para 496 moradias. Está evidente que não é garantia”, afirmou.

RESPOSTA DA PREFEITURA

Após questionamento do Jornal Primeira Página sobre o prazo para divul-

“Que Deus possa me abençoar, são mais de 13 anos aguardando”, escreveu uma leitora na publicação do Jornal Primeira Página.

gação da nova portaria prometida após o Carnaval, a Prefeitura informou que, a partir desta sexta-feira, 20, a comissão responsável deve iniciar a análise das contestações apresentadas por candidatos quanto ao grupo de

enquadramento em que foram classificados.

Segundo nota encaminhada à reportagem, está em fase de elaboração uma nova portaria, com previsão de divulgação ainda neste mês, que trará detalhamento ampliado dos critérios de hierarquização, indicação do enquadramento dos candidatos e o cronograma com todas as etapas do processo de seleção.

A gestão reiterou ainda que a lista de candidatos aptos permanece com os mesmos nomes já divulgados anteriormente, sem qualquer alteração. Confi-

ra a íntegra da nota ao final desta reportagem.

PROCESSO SELETIVO

De acordo com a Portaria nº 002/2026 e com a nota de esclarecimento publicada no Diário Oficial do Município, a lista contempla exclusivamente famílias consideradas aptas à etapa de hierarquização e seleção. O documento ressalta que isso não gera direito adquirido, expectativa de direito ou prioridade automática.

Após o período de contestações, a hierarquização será realizada por sistema informatizado, com aplica-

ção dos critérios previstos na legislação vigente.

As 496 unidades habitacionais estão localizadas no setor Santa Fé, região sul da capital, e as obras encontram-se em fase final, com previsão de entrega no início do segundo semestre de 2026.



Leia mais no QR CODE

Déficit habitacional e aluguel em alta

A reação intensa dos inscritos ocorre em um cenário de forte pressão habitacional em Palmas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que 44,9% dos moradores da capital vivem de aluguel — o maior percentual entre as capitais brasileiras pelo oitavo ano consecutivo.

Desde 2016, quando o índice era de 31%, Palmas lidera esse ranking nacional. O dado evidencia a dificuldade de acesso à casa própria e ajuda



Palmas é a capitais com maior percentual de moradores vivendo de aluguel.

a explicar a mobilização de famílias que aguardam há anos por uma oportunidade no programa habitacional.

Com quase 15 mil inscri-

tos disputando 496 unidades, o processo atual atende cerca de 3% do total de candidatos aptos.

Enquanto a nova por-

taria não é publicada, o sentimento predominante entre os inscritos segue sendo de expectativa — e de apreensão

Íntegra da Nota

A Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação, informa que, a partir desta sexta-feira, 20, a comissão responsável pelo processo de seleção das famílias para o Residencial Parque dos Ipês I, II e III inicia a análise das contestações apresentadas por candidatos quanto ao grupo de enquadramento ao qual foram classificados.

A gestão esclarece ainda que está em fase de elaboração, com previsão de divulgação ainda neste mês, a portaria com o detalhamento ampliado dos critérios de hierarquização e a indicação de enquadramento dos

candidatos, bem como o cronograma contendo todas as etapas do processo de seleção das famílias para as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, em Palmas. O objetivo é assegurar que todos os participantes compreendam melhor as etapas do processo.

A Prefeitura reitera que a lista dos candidatos aptos a participarem do processo de seleção para as unidades habitacionais permanece com os mesmos nomes já divulgados anteriormente, sem qualquer alteração.

Secretaria Municipal de Comunicação de Palmas

Qual é o problema?

O **Jornal Primeira Página** retoma este quadro que fez história por muitos anos em sua linha editorial. Este quadro foi criado para que a população se manifeste enviando a redação os problemas enfrentados na cidade.

Participe!



Acesse nosso Site

jornalprimeirapaginato.com

Envie-nos sua mensagem pelo whatsapp 63 99239-1659



Nova identidade visual

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA



1985) O REGIONAL | 1989) O REGIONAL | 1990) O REGIONAL | 1994/2025) PRIMEIRA PÁGINA

“Ao fundar o meu jornal em 18 de novembro de 1985 em Anápolis, no Norte de Goiás, eu não sabia que estava encontrando a minha razão de viver! Obrigada a Deus e ao povo do Tocantins!” Sandra Miranda - jornalista - Fundadora do Primeiro Página

Acesse nosso Site jornalprimeirapaginato.com

IMPOSTO

Prefeitura de Palmas isenta mais de 30 mil imóveis do IPTU 2026

O IPTU SOCIAL CONTEMPLA IMÓVEIS QUE POSSUEM APENAS UMA EDIFICAÇÃO COM USO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL.

A Prefeitura de Palmas informou que 30.304 imóveis estão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 2026. A lista completa dos beneficiários foi publicada em um suplemento do Diário Oficial do Município (DOM) do dia 12 de fevereiro, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda.

A isenção automática do chamado IPTU Social contempla imóveis que possuem apenas uma edificação, com uso exclusivamente residencial, desde que atendam aos seguintes critérios: o contribuinte seja pessoa física, possua apenas um imóvel no município e o valor do imposto, sem descontos legais,

A primeira parcela ou a cota única do IPTU 2026 vence em 31 de março. O contribuinte também pode optar pelo parcelamento em até 10 vezes.

seja inferior a 50 Unidades Fiscais de Palmas (Ufip).

Além da isenção automática, a legislação municipal também prevê a Isenção Social, conforme o artigo 20 da Lei Complementar nº 208/2013. Nesse caso, o benefício pode ser concedido a proprietários com 65 anos ou mais, aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência física ou incapacitadas para



o trabalho. Para ter direito, é necessário comprovar que possui apenas um imóvel edificado no município, destinado exclusivamente à residência, com renda

mensal de até dois salários mínimos e valor do imposto, sem descontos legais, inferior a 150 Ufip.

A primeira parcela ou a cota única do IPTU 2026

vence em 31 de março. O contribuinte também pode optar pelo parcelamento em até 10 vezes. Os boletos já estão disponíveis para emissão e pagamento.



Leia mais no QR CODE

TURISMO

Palmas e Jalapão entram na lista dos 50 destinos para viajar no Brasil em 2026

Palmas e o Jalapão foram incluídos na lista dos 50 lugares para viajar no Brasil em 2026. O ranking faz parte do estudo IVT 2026 – Índice de Viagem e Turismo, do Brasil em Mapas, que analisa dados como fluxo de visitantes, conectividade, visibilidade internacional e avaliações de turistas para identificar os destinos mais relevantes do país.

A presença de dois destinos tocantinenses reforça o crescimento do turismo no estado e o reconhecimento das belezas naturais e experiências oferecidas aos visitantes.



Palmas reúne atrativos como praias fluviais, cachoeiras, trilhas, eventos culturais.

ECOTURISMO EM ALTA

O levantamento aponta a valorização do ecoturismo no Brasil. O Jalapão aparece entre os destinos em destaque ao lado de locais consolidados, fortalecendo sua posição como referência em natureza e aventura.

Gerido pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), o Parque Estadual do Jalapão recebeu 50.302 visitantes em 2025. O número representa aumento de 16,63% em relação a 2024, quando foram contabilizados 43.131 turistas.

Já Palmas, além de capital planejada, é considerada porta de entrada para o Jalapão e reúne atrativos como praias fluviais, cachoeiras, trilhas, eventos culturais e gastronomia regional.

OUTROS POLOS TURÍSTICOS

O reconhecimento também amplia a exposição de outros destinos estratégicos do estado, como o Parque Estadual do Cantão e a região das Serras Gerais, que vêm se consolidando como polos de turismo de natureza e aventura.

Roteiros culturais, gastro-

O reconhecimento também amplia a exposição de outros destinos estratégicos do estado, como o Parque Estadual do Cantão e a região das Serras Gerais.

nômicos e de base comunitária também vêm ampliando a oferta turística no estado.

IMPACTO ECONÔMICO

De acordo com dados do Governo do Tocantins, a Temporada de Praia de 2025 registrou mais de 1,5 milhão de visitantes em mais de 40 praias do estado. A movimentação financeira foi estimada em quase R\$ 1 bilhão, crescimento de 27% em relação ao ano anterior.

O investimento público na temporada foi de cerca de R\$ 30 milhões, aplicados em infraestrutura, segurança, limpeza e programação cultural em 47 municípios.

ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO

A inclusão no ranking reflete ações de promoção turística conduzidas pela Secretaria de Estado do Turismo (Setur) e pela Secretaria de Estado da Comunicação (Secom), com foco na valorização dos destinos tocantinenses.

A marca “Descubra o Tocantins” integra essa estratégia, com participação em feiras nacionais, incentivo ao turismo sustentável e qualificação de serviços.



O Jalapão aparece entre os destinos em destaque ao lado de locais consolidados.

DOAÇÃO DE SANGUE

Expedia Turismo/Divulgação

PEDIDO URGENTE DE DOAÇÃO DE SANGUE
Todos os tipos sanguíneos

Nosso colega fisioterapeuta **Thiago Dias** encontra-se internado em estado grave após um acidente.

Neste momento, precisamos da **solidariedade de todos** para **repor os estoques de sangue** e ajudar em seu tratamento.

Vamos doar e salvar essa vida!

Acidente deixa fisioterapeuta na UTI em Palmas

O fisioterapeuta Thiago Dias Camilo, de 39 anos, permanece internado em estado grave na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Geral de Palmas (HGP), após sofrer um grave acidente de trânsito na madrugada de domingo (15), em Palmas.

A colisão ocorreu por volta de 1h15, no cruzamento da Avenida Governador José Wilson Siqueira Campos (antiga Teotônio Segurado) com a LO-21, na região sul do Plano Diretor.

Thiago havia acabado de encerrar o plantão no próprio HGP e seguia para casa quando sua motocicleta, uma Honda Biz branca, foi atingida por um carro modelo Peugeot 207, também branco.

ESTADO DE SAÚDE

Com o impacto da batida, o fisioterapeuta sofreu ferimentos graves e foi atendido no local por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Ele foi encaminhado inconsciente ao HGP, onde recebeu diagnóstico de traumatismo craniano.

Até o momento, ele permanece internado na UTI.

O Jornal Primeira Página solicitou atualização oficial sobre o quadro clínico à Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO) e aguarda retorno.

MOTORISTA FOI PRESO

O motorista do carro, identificado como João Paulo Costa do Nascimento, foi preso na madrugada do acidente. A ação contou com apoio da Guarda Metropolitana de Palmas (GMP) e de agentes de trânsito.

As circunstâncias da colisão deverão ser apuradas pelas autoridades competentes.

CAMPANHA

Diante do quadro clínico, amigos, colegas e profissionais da saúde iniciaram uma campanha urgente de doação de sangue para ajudar a manter os estoques abastecidos.

O pedido é para doação de todos os tipos sanguíneos. Mesmo quando não há compatibilidade direta, a doação contribui para reposição do banco de sangue e beneficia o tratamento.



www.brkambiental.com.br

www.brkambiental.com.br

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de serviços	21 (a)	876.795	799.827,95
Custos dos serviços prestados	21 (b)	(454.560)	(424.260)
Lucro bruto		422.235	375.567,95
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21 (b)	(172.926)	(143.344)
Perdas de créditos esperadas		(17.723)	(15.531)
Outras receitas	21 (b)	9.240	6.227
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		240.806	222.927,95
Resultado financeiro	21 (c)		
Receitas financeiras		26.527	24.206
Despesas financeiras		(227.845)	(202.548)
Resultado financeiro, líquido		(201.318)	(178.342)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.488	44.587
Imposto de renda e contribuição social correntes	17 (b)	(5.035)	(3.170)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)	4.946	6.227
Lucro do exercício		39.399	42.038
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		5,3668	5,8145
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2025	2024
Lucro do exercício		39.399	42.038

Itens que não serão reclassificados para o resultado	20 (g)	
Obrigações com benefícios pós-emprego	2.032	4.179
Efeitos fiscais	(691)	(1.420)
Total do resultado abrangente do exercício	1.341	2.759
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>	40.740	44.797
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
	<i>(Em milhares de reais)</i>	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.488	44.581
Ajustes		
Depreciação e amortização	137.820	128.916
Amortização do ativo de direito de uso	18.883	17.863
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	24	74
Valor residual do ativo de direito de uso baixado	(202)	(769)
Perdas de créditos esperadas	17.723	15.539
Provisões para riscos	37.630	7.731
Rendimento de fundo restrito	(4.751)	(3.561)
Margem de construção	(3.063)	(2.150)
Benefícios a empregados	(213)	2.601
Ajuste a valor presente	13.643	13.127
Juros e variações monetárias, líquidos	173.274	149.126
Outros ajustes	(5.925)	(3.833)
	426.331	369.237

Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(20.713)	(14.698)
Adiantamentos a fornecedores	176	(74)
Tributos a recuperar	11.328	15.936
Estoques	(2.903)	1.218
Depósitos judiciais	1.448	(1.085)
Outros ativos	3.741	310
Fornecedores	4.071	5.059
Salários e encargos sociais	(38)	84
Tributos a pagar	(9.886)	(1.091)
Provisões para riscos	(9.960)	(3.844)
Partes relacionadas	(55.150)	(76.422)
Outros passivos	3.180	(401)
Caixa proveniente das operações	349.625	294.228
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.015)	(2.770)
Caixa líquido proveniente das operações	346.610	291.458
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	2.091	2.944
Adições ao imobilizado	(1.306)	(999)
Adições aos ativos de contrato e intangível	(136.986)	(144.139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(136.201)	(142.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(8.433)	(20.517)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	42.844	73.950
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	(682)	(682)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(66.555)	(67.425)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(71.496)	(72.514)
Amortização de passivo de arrendamento	(29.368)	(27.410)
Partes relacionadas	(65.991)	(62.988)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(198.999)	(177.586)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.410	(28.321)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.459	59.780
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.869	31.459

Inicialmente, considerando os diferentes premissas financeiras e de negócios para avaliar se há ou não impacto de eventos ocorridos antes da data de avaliação, a evidência objetiva de *impairment* pode resultar de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros de mercado para empréstimos com características semelhantes. Como resultado, a perda para mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de *creditos do devedor*), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor de uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em ativos mais baixos para os quais não há fluxo de caixa futuro esperado. Os ativos são avaliados com base na soma de caixa e no valor de uso, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos não financeiros, para o exercício final em 31 de dezembro de 2025. **2.7 Ativos de contrato:** O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção e os valores são transferidos ao sistema de ágio e esgoto quando entram em operação. **2.8 Intangíveis: (a) Sistema de ágio e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O reconhecimento desses ativos é baseado nos serviços prestados e no custo da aquisição de tais direitos de cobrança auferidos. O custo de aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.17 (b), o ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (e)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de

O valor contábil do ativo é deduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Quando não há preço de mercado observável, a Companhia pode utilizar o valor justo determinado objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os ativos não financeiros são avaliados com base no valor líquido de realização menos custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção e os valores são transferidos ao sistema de água e esgoto quando entram em operação.

2.8 Intangíveis: (a) Sistema de água e esgoto: A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelo grupo, menos o valor de custo de aquisição da infraestrutura. O ativo intangível é registrado quando o mesmo está disponível para uso, em sua local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (c)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de

concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 12), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão primária. **(c) Softwares:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas com os custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **(d) Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em melhoramentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos e despesas recuperáveis); e (ii) o valor de reposição menos o valor de depreciação acumulada. O custo de aquisição inclui o valor do ativo e o reconhecimento como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos itens são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Edificações	10 a 50 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.10 Propriedades para investimento: Refere-se a propriedades mantidas para obtenção de renda com aluguel e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso no negócio; (ii) fornecimento de serviços; (iii) finalidade operacional; ou (iii) para venda no curso normal do negócio. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pela Companhia que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido. A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retratada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado. **2.11 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. As obrigações são reconhecidas ao valor justo quando classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sazão. **2.12 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Os juros, encargos e custo de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja saído. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, ou como passivo não circulante, dependendo do prazo de vencimento das obrigações. Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. **2.13 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **(i) Arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Quando a Companhia reconhece o direito de uso dos ativos subjacentes. **(ii) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 17 anos. **(iii) Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido das obrigações não canceladas sob o preço fixo, menos a expectativa de extinção de obrigações ou extinção temporárias. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sob o regime de lucro, base negativa de distribuição, sobre lucros e prejuízos temporários. As alíquotas de taxa de juros determinadas para a determinação desses passivos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social

os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulada (Nota 3 a 3). **(ii) Incentivos fiscais:** A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Petróleo (SDP) sob o regime de incentivos fiscais nº 13.317, de 2012, em vigor.

2.19 Capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCOP") para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio como atividade de financiamentos.

2.20 Adiantamento para futuro aumento de capital: Os adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") têm por finalidade exclusiva o aumento de capital pelos próprios acionistas da Companhia. A quantidade de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, de acordo com o valor fixado no AFAC, e o valor líquido a ser recebido pelo acionista em decorrência da venda das ações.

2.21 Receita de prestação de serviços: O valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto: A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida quando os custos são mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(b) Receita de construção: A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões publicados. Interpretação Técnica ("ITCP") 01 (R1) e OCPC 05, e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita por contrato é determinada com base na média aritmética das margens de lucro das obras dos respectivos ativos incorridos no curso de sua competência. A margem de lucro utilizada é de 0,025 (2,025%) de 2024 e de 29% em 2023, reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção da demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

2.18 Provisões: As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que serão necessários para liquidar a obrigação, levando em conta uma taxa anual de impostos, a qual é a taxa de avaliação em vigor no momento da avaliação. As provisões por riscos de litígios são avaliadas com base no risco de ocorrência da passagem do tempo e reconhecida como despesa financeira.

2.19 Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Benefícios proporcionais a empregados:

(a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrente das contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós-emprego: A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é alocado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo custo do plano de saúde, calculado com base na avaliação de desempenho individual, considerando o histórico de contribuição e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos dados individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuárias que projetam os benefícios futuros. A Companhia, através de avaliação realizada por atuários independentes, remensura o passivo atuário e reconhece os ganhos ou perdas atuariais em "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Os referidos ganhos e perdas atuariais não serão reclassificados para o resultado.

(c) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver individualmente obrigado ou houver uma participação coletiva. A Companhia avalia o desempenho individual empregado em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados em 2025: A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21) e ao CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1). Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que altera a adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) 21 e ao CPC 37 (R1). Os efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21) e ao CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 1). As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Como a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações possam avaliar o impacto das alterações nas demonstrações financeiras.

2.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. (CPC 51/19) – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o CFC emitiu o CPC 51, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos de divulgação de informações, incluindo a divulgação de informações sobre o desempenho financeiro e operacional específicos. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a consequentes em vários outros pontos. CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas das demonstrações financeiras. IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC): Subsidiária sem responsabilidade pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC), que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos quando ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos. A norma também estabelece requisitos para a divulgação de informações quando uma entidade deve ser uma controladora controlada pelo IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações

Av. Teotônio Segurado, Qd. 501 Sul, Ed. Amazônia Center, 2º andar, sala 206. CEP: 77.016-002, Palmas - Tocantins

ONCOLOGIA

Contrato da rede estadual com Hospital de Amor entra na fase final de ajustes

A PROPOSTA EM ANÁLISE PREVÊ A TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS ATUALMENTE REALIZADOS NO HOSPITAL GERAL DE PALMAS (HGP) PARA O HOSPITAL DE AMOR.

A formalização do contrato entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Hospital de Amor para atendimento de pacientes oncológicos no Tocantins avançou após audiência promovida pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO), em Palmas. O encontro reuniu representantes e equipes técnicas das duas instituições para discutir ajustes na minuta do documento.

Segundo o MPTO, a reunião foi mediada pela promotora de Justiça Araújo Cesárea, que ressaltou o papel institucional do órgão na condução do diálogo entre as partes.

“Neste momento, o Ministério Público não exerce função fiscalizatória, mas cumpre seu papel públi-

”**Nossa equipe irá trabalhar para ajustar a minuta de acordo com tudo o que foi pactuado nesta reunião, com responsabilidade e atenção aos detalhes. Paralelamente, já vamos organizar a agenda junto ao governador Wanderlei Barbosa para viabilizar, o quanto antes, a assinatura do contrato...**

Carlos Felinto,
secretário de Estado da Saúde

co de promover o diálogo, a construção conjunta e a mediação necessária para viabilizar essa contratualização, que é fundamental

para garantir o acesso da população tocantinense ao atendimento oncológico especializado, com segurança jurídica, observância da legislação vigente e foco na integralidade do cuidado aos pacientes”, afirmou.

Entre os pontos discutidos estiveram o cronograma de início dos serviços, os mecanismos de regulação de pacientes dentro da rede estadual e a operacionalização do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que continuará sendo utilizado durante a fase de transição até que todos os serviços estejam concentrados em Palmas.

Também foram debatidos ajustes relacionados às metas de atendimento, ao modelo de pagamento dos serviços e aos prazos contratuais, com o objetivo de assegurar viabilidade administrativa e financeira.

Ao final da reunião, as instituições informaram que irão concluir as adequações

técnicas e jurídicas necessárias para a assinatura do contrato. O secretário de Estado da Saúde, Carlos Felinto, afirmou que a equipe da pasta já trabalha nos ajustes finais da minuta.

“Nossa equipe irá trabalhar para ajustar a minuta de acordo com tudo o que foi pactuado nesta reunião, com responsabilidade e atenção aos detalhes. Paralelamente, já vamos organizar a agenda junto ao governador Wanderlei Barbosa para viabilizar, o quanto antes, a assinatura do contrato, permitindo que essa parceria se torne realidade o mais rápido possível para a população”, disse.



Leia mais
no QR CODE



Ecos da Liturgia — Silêncio que nos conduz à cruz

A Quaresma se aproxima como quem bate à porta sem alarde. Não chega com fogos, nem com cantos festivos. Vem em silêncio, revestida de roxo, com passos lentos, quase penitentes. É um tempo sóbrio. Quarenta dias que a Igreja nos oferece não como peso, mas como caminho.

Caminho de volta. Volta ao essencial. Volta ao coração. Volta a Deus.

A liturgia quaresmal nos conduz para perto do sofrimento de Jesus. Não para cultivar culpa, mas para contemplar o amor levado às últimas consequências. Cada gesto de Cristo, cada passo em direção a Jerusalém, carrega a densidade de quem sabe que a cruz o espera — e, ainda assim, não recua.

Ele jejua no deserto. Ele é tentado. Ele perdoo quando ferem. Ele ama quando rejeitam.

A cruz não é um acidente na história de Jesus.

desse ser visitado apenas em datas comemorativas. Mas o seguimento de Jesus nunca foi um evento. É um caminho diário.

A cruz não é montada só em março ou abril. Ela se ergue todos os dias: no perdão difícil, na paciência com os nossos, no trabalho honesto, na renúncia silenciosa, na fidelidade quando ninguém vê.

A verdadeira penitência não é teatral. É discreta. Não faz barulho. Faz conversão.

Talvez a pergunta que a Quaresma nos faz seja simples e direta: onde está o nosso coração durante o resto do ano?

Porque não basta lembrar o sofrimento de Cristo por alguns dias se continuamos indiferentes ao seu chamado no cotidiano.

Não basta comover-se com o Calvário se não mudamos o modo de viver.

A liturgia não quer espectadores da Paixão.

É escolha.
É entrega.
É fidelidade.

QUER DISCÍPULOS

Quer homens e mulheres que caminhem com Jesus o ano inteiro, não apenas quando o calendário religioso aperta.

A beleza da Quaresma está justamente nisso: ela não expõe nossa incoerência para nos envergonhar, mas para nos curar.

É tempo de reorganizar prioridades. De silenciar ruídos. De rezar com mais verdade. De jejuar do que nos afasta. De repartir o que nos sobra. De voltar para casa.

Porque, no fundo, a Quaresma não fala apenas do sofrimento de Cristo.

Fala do amor que nos chama de volta.

E toda vez que aceitamos esse chamado — mesmo frágeis, mesmo inconsistentes — já começamos a percorrer, com Ele, o caminho da cruz que conduz à Páscoa.



Leia mais
no QR CODE



Audiência reuniu Secretaria de Estado da Saúde e representantes da instituição hospitalar.

Marcelo de Deus/MPTO

JARDIM TAQUARI

Prefeitura repassa R\$ 350 mil em auxílio a 200 famílias atingidas por vendaval

A Prefeitura de Palmas realizou o pagamento do Benefício Eventual Emergencial a 200 famílias afetadas pelo vendaval registrado em 8 de janeiro de 2026, no setor Jardim Taquari. Cada núcleo familiar recebeu R\$ 1.750, totalizando R\$ 350 mil em recursos destinados à assistência imediata.

O repasse foi feito por meio da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher (Semasmu), com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep). O benefício segue as regras estabelecidas pela Portaria nº 2/2026, de 26 de janeiro de 2026, que trata da concessão de auxílio emergencial a famílias em situação de vulnerabilidade temporária decorrente de desastre.

Segundo a Prefeitura, das 200 famílias contempladas, 25 não tiveram o pagamento efetivado nesta etapa devido a inconsistências na chave Pix informada no cadastro.

“Das 200 famílias, 25 não



Divulgação

Recurso integra a Política Municipal de Assistência Social.

tiveram o pagamento efetivado nesta etapa em razão de inconsistências na chave Pix informada no momento do cadastro. As equipes técnicas irão procurar essas famílias para regularização dos dados”, explicou o secretário-executivo de Ação Social, Amilson Rodrigues.

O prefeito de Palmas destacou a parceria com o Governo do Estado para viabilizar os recursos.

“Agradeço a parceria do governo do Estado pela sensibilidade e, sobretudo, pela rapidez em disponibilizar os recursos, o que nos permitiu agir com prontidão diante desse momento difícil. Essa parceria foi fundamental para que garantíssemos apoio imediato às famílias do Jardim Taquari, assegurando proteção social e dignidade a quem mais precisa.”

A secretária municipal

de Ação Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, informou que a pasta e a Defesa Civil continuam acompanhando as famílias atingidas.

“A secretaria e a Defesa Civil Municipal permanecem acompanhando as famílias atingidas, garantindo o suporte necessário conforme as diretrizes da política pública de assistência social do Município”, pontuou.

CARNAVAL 2026

Capital da Fé 2026 reuniu mais de 45 mil pessoas em quatro dias em Palmas

SUBIRAM AO PALCO NOMES COMO ISADORA POMPEO, VALESCA MAYSSA, LUCIANO CAMARGO E PADRE FÁBIO DE MELO.

O Palmas Capital da Fé 2026 reuniu 45.200 pessoas entre os dias 14 e 17 de fevereiro, no estacionamento do Estádio Nilton Santos, segundo relatório oficial da Guarda Metropolitana de Palmas (GMP). O evento foi realizado durante o período de Carnaval e, conforme a organização, não houve registro de ocorrências policiais.

De acordo com o levantamento da GMP, o público foi distribuído da seguinte forma: 10.200 pessoas no sábado (14), 9.500 no domingo (15), 12.000 na segunda-feira (16) e 13.500 na terça-feira (17), noite de encerramento.

O festival contou com 19 atrações nacionais e regionais, entre artistas evangélicos e católicos. Subiram ao palco nomes como Isadora Pompeo, Valesca Mayssa, Luciano Camargo e Padre Fábio de Melo. A programação foi realizada em palco duplo, o que permitiu a alternância de apresentações ao longo das quatro noites.

IMPACTO ECONÔMICO

Nesta edição, a Prefeitura ampliou de 21 para 42 o número de ambulantes autorizados a comercializar durante o evento. A medida foi coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo (Sedeem). “Estamos falando de geração de renda, oportu-

O Capital da Fé 2026 mostrou que Palmas sabe acolher grandes eventos com organização, segurança e respeito às pessoas. Tivemos uma programação diversificada, público expressivo em todas as noites”.

Eduardo Siqueira Campos, prefeito de Palmas.

nidade e fortalecimento do pequeno negócio. O evento integra uma estratégia de desenvolvimento econômico do município, priorizando quem empreende em Palmas”, destacou o secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, Henrique Nesello.

Segundo a gestão municipal, as vilas gastronômicas registraram movimento intenso durante os quatro dias, com maior fluxo na noite de encerramento.

A Secretaria informou ainda que, a partir desta edição, será implantado o Termômetro de Impacto Econômico dos Eventos, ferramenta que pretende medir indicadores como crescimento de vendas, geração de empregos temporários, ampliação do fluxo comercial e fortalecimento da cadeia produtiva local.



Evento teve estrutura ampliada.

TRANSMISSÃO E ESTRUTURA

Além do público presencial, o evento foi transmitido nos canais oficiais da Prefeitura no Instagram e no YouTube, com média de alcance de 6 mil visualizações por noite.

A estrutura contou com áreas cobertas, vila gastronômica, espaço para produtos religiosos, parque infantil, ambulância de plantão, estande da Secretaria Municipal de Saúde, sistema de videomonitoramento e equipes de segurança compostas por guardas metropolitanos, policiais militares e bombeiros.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos avaliou positivamente a realização do festival.

“O Capital da Fé 2026 mostrou que Palmas sabe

acolher grandes eventos com organização, segurança e respeito às pessoas. Tivemos uma programação diversificada, público expressivo em todas as noites, geração de renda para nossos ambulantes e, principalmente, um ambiente de paz, sem nenhuma ocorrência policial. É um evento que fortalece a fé, a convivência familiar e também movimenta a economia da nossa cidade.”



Leia mais no QR CODE

BIG MARIAS



O trio falou sobre o lançamento do primeiro álbum.

Entre grunge, punk e sentimento; Big Marias constrói rock fora do eixo

Formada em Palmas, a banda Big Marias constrói um rock marcado por grunge, punk e experimentações sonoras, com letras guiadas por sentimentos e vivências pessoais. Em entrevista ao Jornal Primeira Página, o trio falou sobre identidade, processo criativo, o lançamento do primeiro álbum e os desafios de fazer música independente fora dos grandes centros.

O grupo é formado por Samia Cayres (guitarra e vocal), Didia (bateria e voz) e Felipe Supernaut (baixo e voz).

Para a banda, a cidade onde se vive atravessa diretamente o som que se produz. Palmas, segundo os integrantes, influencia desde a atmosfera das músicas até a forma como a banda se organiza artisticamente.

“Todo o trabalho artístico e criativo que a gente desenvolve é permeado pelo lugar onde a gente vive. Palmas influencia a gente não só como pano de fundo, mas como parte do que a gente cria”, afirmou Samia.

Didia reforça que estar fora do eixo tradicional do rock também se transforma em liberdade criativa.

“Por a gente estar fora de onde se espera que uma banda de rock esteja, a gente consegue fazer a sonoridade que quer. Eu escolhi morar em Palmas e isso entra no som, até quando está muito quente ou quando está chovendo”, disse.

Raízes no underground e fazer tudo com as próprias mãos

A trajetória da Big Marias passa pelo underground. Samia e Didia começaram a tocar ainda no Pará, em Tucuruí, enquanto Felipe soma experiências como músico e produtor, gravando outras bandas da cena local.

“A gente vem do underground. Eu e a Didia tocamos rock por muitos anos, começamos no Pará. O Felipe também tem experiência não só como músico, mas como produtor. Isso molda muito a forma como a gente trabalha”, contou Samia.

Essa vivência se reflete no modo de operação da banda, que assume todas as etapas do trabalho artístico.

“A gente monta palco, carrega equipamento, escreve edital, presta conta, pensa estética, pensa clipe. A banda não tem empresário nem equipe. Tudo passa por nós três”, explicou.

As músicas da Big Marias nascem de forma orgânica. Uma ideia inicial vira ponto de partida para um processo coletivo, que envolve experimentação e troca constante.



Leia mais no QR CODE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMPAIO – TO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal de Sampaio – TO, Através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao preparo e fornecimento da merenda escolar para atendimento das necessidades nutricionais das crianças matriculadas na Creche Municipal Irmã Rita Altmann do Município de Sampaio – TO. A sessão será realizada através do Portal Licita Sampaio, pelo endereço eletrônico <https://app-compras.licitasampaio.com.br/>, com data de abertura agendada para 10 de março de 2026 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.sampaio.to.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita Sampaio, <https://app-compras.licitasampaio.com.br/>. Sampaio – TO, 23 de Fevereiro de 2026. Rafaela Bruna Chaves e Silva Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2026

O MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2026, com abertura das propostas previstas para o dia 06 de março de 2026, às 08h00min tipo menor preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL S-10, GASOLINA COMUM E ARLA) PARA A FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS. A presente licitação acontecerá através do aplicativo: www.licitanet.com.br. As cópias dos Editais, na íntegra, poderão ser retiradas no www.licitanet.com.br e no site <http://www.montesanto.to.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone: (63) 35511013 ou pelo e-mail cpm.montesanto@gmail.com. Monte Santo do Tocantins, 20 de fevereiro de 2026.

NEZITA MARTINS NETA

Prefeita Municipal

ESPAÇO

Kazara

EVENTOS

Instagram

kazaraeventos

Reservas

WhatsApp

63 98405-9340

grupo

fragata

lavajato

Detail

100% TOCANTINENSE

APRAZIONADA POR CARRO COM VOCE

fragatalavajato

63 3215-3925

Fragata 01

101 norte

Fragata 02

402 sul

Regata 01

602 sul

Regata 02

106 norte





Jaciara Barros

@jaciara Barros

QUEM ACONTECE APARECE AQUI!

jaciara@primeirapagina-to.com.br
jaciara.barros@gmail.com



Divulgação

Energias

O jornalista Penaforte escolheu um cenário de pura natureza para viver o Carnaval deste ano. Longe da folia urbana, ele recarregou as energias na encantadora Cachoeira da Mirindiba, em Lajeado, Tocantins. Entre águas cristalinas, paisagens exuberantes e momentos de contemplação, o profissional aproveitou dias de descanso, conexão e tranquilidade, retornando com fôlego renovado para novos projetos e desafios.



Divulgação

Porto Folia

Amigas de longa data, Jany Helena, Márcia Mascarenhas, Vanda Paiva, Edna Agnolin e Cássia Veras marcaram presença no animado Porto Folia, em Porto Nacional. O grupo curtiu cada momento ao som contagiante de Chiclete com Banana, embalando a noite com alegria, sintonia e muita energia positiva. Entre risadas, abraços e registros especiais, elas celebraram a amizade e viveram uma experiência inesquecível ao ritmo do axé.



Divulgação

Press trip

O empresário Luiz Cláudio Araújo está em press trip internacional e escolheu um cenário histórico para viver essa experiência: o imponente Teatro de Arena de El Jem, na Tunísia. Entre colunas milenares e a grandiosidade de um dos anfiteatros romanos mais preservados do mundo, ele une networking, cultura e inspiração em uma viagem que reforça sua visão global e seu olhar atento às grandes referências da história e da arquitetura.



Divulgação

Buenos Aires

No feriado de Carnaval, o casal Thays Alves e Epitácio Brandão Lopes Filho trocou a folia brasileira pelo charme internacional de Buenos Aires, na Argentina. Entre passeios pelos cafés tradicionais, arquitetura europeia e noites embaladas por boa gastronomia e vinho argentino, os dois aproveitaram dias de romantismo e sofisticação na capital portenha, celebrando a data com elegância e experiências memoráveis.



Igor Flávio

Sofia

Em clima de emoção e expectativa, a empresária Letícia Coelho vive a doce espera pela chegada de Sofia. A nova fase é marcada por carinho, planos e muita celebração entre familiares e amigos. Sempre elegante e determinada, Letícia agora se prepara para o papel mais transformador de sua vida: o da maternidade, cercada de amor e sonhos para a pequena que já é tão esperada.



Mês da
conscientização
e cuidados sobre
alzheimer,
lúpus e fibromialgia

fevereiro

2026

